Seguro Auto usa IA para tarifar uma frota mais cara, elétrica e blindada

- O Seguro Auto continua sendo o gigante de arrecadação do mercado, mas é na forma de precificar, aceitar e reparar veículos que a revolução está acontecendo: uma frota mais cara, elétrica e blindada entra na mira de modelos de IA que consideram bilhões de variáveis para definir quanto o motorista paga e quais riscos a seguradora está disposta a assumir.
- Com apenas cerca de 30% da frota segurada, produtos que vão de R$ 200 a mais de R$ 40 mil por ano e um salto na blindagem, o ramo testa os limites da penetração ao mesmo tempo em que sofisticam a subscrição e a regulação de sinistros com dados, sensores e análise antifraude.

Mercado: gigante em arrecadação, limitado em alcance

Em 2025, o Seguro Auto movimentou cerca de R$ 61,6 bilhões em prêmios, o que representa aproximadamente 42,6% de todo o segmento de danos e responsabilidades, confirmando sua posição como principal linha desse grupo. O ramo cresceu perto de 6,8% na comparação anual, acima da inflação, mas ainda opera num teto histórico de penetração: só cerca de 30% da frota de veículos do país está segurada, o que significa que a maior parte dos motoristas roda sem proteção formal.

Esse descompasso entre volume de prêmios e alcance da cobertura revela um mercado robusto em receita, porém restrito em base segurada. Para seguradoras, o desafio é conciliar expansão de acesso com um portfólio de riscos cada vez mais heterogêneo, marcado por veículos elétricos, híbridos, blindados e equipados com tecnologias avançadas de assistência à condução.

Tecnologia: IA da cotação ao sinistro

O avanço da inteligência artificial transformou o Seguro Auto em um laboratório de modelos de risco em larga escala: empresas afirmam considerar “bilhões de variáveis” na análise de perfil, uso do veículo, região, histórico de sinistros e probabilidade de fraude. Sistemas de IA e machine learning cruzam informações de bases internas, dados públicos, telemetria, uso de aplicativos e relatórios de vistoria móvel para ajustar preço em tempo quase real.

Na subscrição, algoritmos refinam a segmentação por tipo de carro, trajeto, padrão de uso e histórico do condutor, criando faixas de risco mais granulares que os antigos perfis “básicos” por idade e CEP. Já na regulação de sinistros, a IA entra desde a triagem antifraude, com análise automática de fotos e laudos, até o encaminhamento para oficinas credenciadas, ajudando a reduzir prazos de reparo e custos operacionais.

Em paralelo, a supervisão da SUSEP sobre APVs, modelos de precificação e uso de dados busca garantir que a sofisticação tecnológica não se traduza em discriminação indevida ou falta de transparência no relacionamento com o consumidor.l

Produtos: da apólice de R$ 200 ao seguro de R$ 40 mil

O mercado oferece hoje uma prateleira de produtos que vai de coberturas básicas, em torno de R$ 200 anuais para veículos populares e perfis de baixo risco, até seguros que superam R$ 40 mil por ano para frotas corporativas, carros de luxo, blindados e elétricos de alta gama. A diferença de preço reflete não apenas o valor do bem, mas também custos de peças, sensores, baterias, mão de obra especializada e risco de roubo e violência em determinadas regiões.

A entrada de veículos elétricos e híbridos trouxe novas variáveis à precificação: baterias de alto custo, dependência de redes de assistência ainda em consolidação e sensibilidade a danos em sistemas eletrônicos. Em muitos casos, os seguros para esses modelos incluem coberturas

específicas para danos em estações de recarga, incêndios relacionados ao sistema elétrico e perda total associada a avarias na bateria principal.

Seguros por assinatura, pay-per-use e proteções focadas em mobilidade urbana convivem com apólices tradicionais, compondo um mosaico de ofertas que tenta acompanhar a diversidade da frota e dos padrões de uso.

Automóveis: blindados, elétricos e ADAS em alta

A frota de veículos blindados mais do que dobrou em poucos anos, acompanhando a percepção de risco nas grandes cidades e levando o Seguro Auto a incorporar um novo patamar de complexidade. Dados da Associação Brasileira de Blindagem indicam que 42.800 veículos foram blindados em 2025, alta de 24,6% em relação a 2024, com o setor movimentando cerca de R$ 3,5 bilhões por ano.sbtnews.

Blindados exigem critérios específicos de subscrição: peso adicional, alterações estruturais, custo de reparos e risco agravado por uso em trajetos de maior exposição. Seguradoras trabalham com oficinas certificadas e protocolos rígidos de vistoria para dimensionar corretamente o risco e evitar sub ou super-seguro.

Ao mesmo tempo, cresce a participação de veículos equipados com ADAS (sistemas avançados de assistência à condução), que podem reduzir acidentes, mas elevam o custo de reparos por envolver sensores, câmeras e radares. Em cenários de chuva intensa, enchentes e ondas de calor, os impactos sobre eletrônica embarcada, baterias e sistemas de segurança reforçam o papel de IA e engenharia de risco para traduzir clima e tecnologia em preço e cobertura.

Seguro Rural encolhe enquanto clima aperta e subvenção falha

- A área segurada pelo Seguro Rural encolheu quase pela metade em 2025 ao mesmo tempo em que o risco climático e a dependência do agronegócio para o PIB seguem em alta, expondo produtores e o próprio sistema financeiro a uma vulnerabilidade estruturante.
- Com subvenção em queda, orçamento sujeito a cortes e um projeto de lei em discussão para vincular o seguro ao crédito, o país financia o plantio, mas protege pouco a renda quando o clima quebra a safra.

Mercado: cobertura em colapso

Em 2025, a área segurada rural caiu para cerca de 3,2 milhões de hectares, contra aproximadamente 7,1 milhões em 2024, o menor nível em uma década, segundo levantamento da FGV Agro e dados oficiais do PSR. Isso representa retração superior a 50% em um ano, num movimento que desmonta o recorde de 2021, quando o Brasil chegou perto de 13,5 milhões de hectares cobertos.

A queda não se limita à área: o número de apólices e de produtores atendidos também recuou com força, reduzindo a base segurada e concentrando a proteção em poucos segmentos. Estimativas indicam que, em 2025, pouco mais de 3,2 milhões de hectares correspondem a algo em torno de 2,6%–3% da área agrícola nacional, deixando mais de 90% das lavouras descobertas diante de secas, enchentes, geadas e outros eventos extremos.

Perdas climáticas recentes no campo são da ordem de R$ 60 bilhões, segundo estudos citados em debates em Brasília, mas apenas cerca de 7% das terras contam com cobertura de Seguro Rural, o que transforma choques de clima em problemas financeiros sistêmicos. Na prática, a renda agrícola continua altamente volátil, e a retração do seguro acentua o descompasso entre o tamanho do agronegócio na economia e o seu nível de proteção contra riscos.

Regulação e subvenção: orçamento que falha

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), principal política pública de barateamento do seguro para o produtor, sofreu um corte de quase metade entre 2024 e 2025. Em 2025, o governo liberou cerca de R$ 565,3 milhões ao PSR, montante 46% menor do que em 2024 e bem distante da demanda de aproximadamente R$ 4 bilhões estimada pelo setor para garantir cobertura ampla.

Em 2021, quando o país atingiu o auge da área segurada, a execução da subvenção superou R$ 1,1 bilhão; desde então, contingenciamentos e bloqueios orçamentários somaram mais de R$ 1 bilhão e puxaram a cobertura para baixo. A lógica orçamentária transformou o Seguro Rural em variável de ajuste fiscal: em 2025, quase metade da verba prevista foi cortada para atender metas fiscais, mesmo com pressão de produtores e cooperativas por blindagem do programa.

O Ministério da Agricultura e Pecuária e a SUSEP defendem, em diferentes fóruns, a necessidade de previsibilidade para que seguradoras e produtores consigam planejar a contratação de apólices e o desenho de produtos. Como resume o pesquisador Guilherme Campos, da FGV Agro, “o ciclo produtivo não pode ficar condicionado a decisões orçamentárias”, sob pena de quebrar o elo entre crédito, seguro e investimento tecnológico no campo.

Agronegócio e risco sistêmico

Enquanto o crédito rural segue em expansão e o agronegócio consolida safras bilionárias, a gestão de risco permanece como calcanhar de Aquiles. Menos de 4% da área plantada tem Seguro Rural, o que significa que a maioria absoluta dos produtores opera sem proteção contra eventos climáticos cada vez mais frequentes e intensos.

Essa lacuna de cobertura aumenta a probabilidade de que choques climáticos sejam rapidamente transmitidos ao sistema financeiro, via inadimplência em massa, renegociação de dívidas e pressão sobre programas de apoio emergencial. Cooperativas de crédito e seguradoras rurais também relatam que a retração da subvenção federal dificulta o atendimento a pequenos e médios produtores, justamente o público mais vulnerável a quebras de safra.

Ao mesmo tempo, cresce a importância de instrumentos complementares de gestão de risco, como fundos de cobertura suplementar, seguros paramétricos e programas privados vinculados a cadeias produtivas específicas. Sem um eixo público robusto, a tendência é que o mercado caminhe para uma segmentação em que grandes grupos conseguem se proteger melhor, enquanto a base do agro permanece descoberta.

PL 2.951/2024 e crédito vinculado ao seguro

No Congresso, o Projeto de Lei 2.951/2024 busca modernizar o marco legal do Seguro Rural, com medidas como a instituição de um fundo de cobertura suplementar e o redesenho da política de subvenção. O texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê prioridade nas operações de crédito rural quando estiverem amparadas por seguro, além de condições favorecidas de taxa de juros, prazos e limites para quem contrata proteção.

Na prática, o PL abre caminho para uma vinculação mais estreita entre seguro e crédito, aproximando o modelo brasileiro de experiências internacionais em que a proteção de receita do produtor é requisito para acessar linhas de financiamento. A Frente Parlamentar da Agropecuária, a CNA e a OCB defendem que essa obrigação venha acompanhada de recursos suficientes ao PSR e regras claras para o fundo suplementar, de modo a não excluir produtores de baixa renda.

A SUSEP e a CNseg apontam que a previsibilidade regulatória e orçamentária é condição para atrair mais seguradoras ao segmento e ampliar a oferta de produtos, inclusive com uso intensivo de dados e tecnologias para monitoramento de risco. Sem essa segurança, o setor tende a manter prêmios elevados e limitar o apetite para assumir riscos climáticos em larga escala.

Gestão de riscos: agenda para recuperar o Seguro Rural

Especialistas da FGV Agro calculam que seriam necessários cerca de R$ 2,37 bilhões em subvenção para retomar, em 2026, o patamar de área segurada observado em 2021. Apesar de a Lei Orçamentária prever pouco mais de R$ 1 bilhão para o PSR, parte desses recursos segue sob risco de bloqueio, o que alimenta a incerteza e impede um reposicionamento rápido da cobertura.

Entre as propostas em discussão, estão metas progressivas de atendimento a pequenos e médios produtores, regionalização da subvenção para áreas de maior exposição climática e estímulo a modelos inovadores de seguro que integrem dados de clima, satélite e produtividade. Há também pressão para que o Plano Safra incorpore indicadores de cobertura de seguro como critério de avaliação da política de crédito, aproximando a agenda de financiamento da agenda de gestão de risco.

A mensagem central é que, num cenário de perdas climáticas da ordem de dezenas de bilhões de reais, o Seguro Rural deixou de ser um instrumento periférico para se tornar componente essencial da estabilidade financeira do agronegócio. Sem recomposição do PSR e aprovação de um marco legal que alinhe crédito, seguro e fundos de proteção, o país seguirá convivendo com um agronegócio vital para o PIB, porém cada vez mais exposto ao aperto do clima.

Fonte: CNseg, em 09.07.2026